

Página 280

O jornalista americano que noticiou a tortura

A 1 de março de 1965, o jornal francês Le Monde publicou uma embaraçosa notícia para o regime e em particular para a PIDE. Citando as habitualmente credíveis agências France-Presse e Associated Press, referia que Rui d’Espiney, apresentado como um estudante preso pela PIDE, fora internado num estabelecimento hospitalar com uma fratura da coluna vertebral. Mais dizia que outra detida, a estudante Maria Antonieta Coelho, engolira bocados das lentes dos óculos, numa aparente tentativa de suicídio. A notícia acrescentava que nos últimos dias haviam sido presos outros 11 estudantes.

A PIDE reagiu de pronto, com um comunicado - de publicação obrigatória, o que aconteceu nos matutinos de dia 4. Não identificando o prestigiado diário francês, acusava d’Espiney de ser «chefe de uma organização comunista de caráter radical e de tipo terrorista. Não é estudante e confessou ter assassinado, juntamente com Francisco Martins Rodrigues, Mário da Silva Mateus».

Página 281

A polícia assegurava que d’Espiney «não fraturou fosse o que fosse, não foi internado em qualquer hospital e encontra-se de perfeita saúde». Quanto a Antonieta Coelho, confirmava que «ingeriu uma pequena porção de fragmentos de vidro, pelo que foi imediatamente internada», mas que «não inspira presentemente cuidados especiais, embora continue em observação». Esclarecia, por fim, que naquele momento só havia três estudantes presos e que os outros indivíduos detidos «não podem de modo algum ser considerados estudantes». Concluía a nota da PIDE que «a notícia publicada é falsa e tendenciosa, procurando fazer perigar o bom nome de Portugal e o crédito e prestígio do Estado no estrangeiro, causando alarme e inquietação pública», razões pelas quais estava «a ser adotado o procedimento que a lei impõe nestes casos contra os responsáveis: um jornalista estrangeiro e outro português».

A PIDE não identificava nenhum daqueles jornalistas. Deixou o encargo para a agência oficial portuguesa, a ANI, que num despacho revelava que os jornalistas em causa eram Lindorfe Pinto Basto, chefe de redação da Agência France-Presse em Lisboa, e Dennis Redmont, diretor da delegação da Associated Press em Portugal.

Lindorfe Pinto Basto era um nome com lugar cativo nos anais do jornalismo do Estado Novo: fora ele quem, nas eleições presidenciais de 1958, fizera ao candidato da oposição, o general Humberto Delgado, a pergunta sobre Salazar, que ditara a famosa resposta: «Obviamente demito-o!»

Chamado pela PIDE a prestar declarações, Pinto Basto, há muito referenciado na polícia, ficou em liberdade.

O caso de Dennis Redmont foi mais complicado. Norte-americano, chegara a Lisboa em janeiro de 1965. Filho de um jornalista, acompanhara o pai quando foi colocado em França e na Argentina, onde aprendeu francês e espanhol. Admitido na redação da agência AP em Nova Iorque, assim que soube que iria ser colocado no escritório de Lisboa tratou de aprender português durante um mês, enquanto trabalhava no turno da noite. «Tinha 23 anos quando aterrei em Lisboa», contou. «Era a minha primeira experiência profissional fora dos EUA. Além disso, era o mais jovem correspondente que a AP alguma vez enviara para o estrangeiro.»

Um dos eventos que procurou acompanhar foi o julgamento de oposicionistas no Tribunal Plenário da Boa Hora, onde travou conhecimento com alguns dos seus advogados, como Manuel João da Palma Carlos, Francisco Salgado Zenha e Mário Soares. Ainda em 1965 acompanhou Soares numa ida a Espanha, na qualidade de advogado da família do general Humberto Delgado, cujo cadáver havia sido descoberto em Villanueva del Fresno, perto de Badajoz. Viajaram em viaturas separadas, tendo Redmont acompanhado outros dois correspondentes estrangeiros, Marvine Howe, do The New York Times, e Sandro Viola, da revista italiana Espresso.

Após a notícia sobre d'Espiney e Antonieta Coelho, a PIDE fez-lhe uma espera, junto ao edifício onde estava instalado o escritório da Associated Press, na Praça da Alegria em Lisboa. «Eram oito

Página 282

agentes, numa carrinha, mas que não me conheciam, porque estava em Lisboa há pouco mais de um mês.» Quem percebeu o que se passava foram alguns colegas estrangeiros que trabalhavam no mesmo edifício. Quando, depois do almoço, se preparava para entrar no prédio, Redmont foi abordado por Marvine Howe e Aldo Trippini. Correspondente da United Press International (UPI), Trippini era o presidente da Associação da Imprensa Estrangeira em Lisboa, que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, tivera o cuidado de chamar ainda antes da distribuição do comunicado da PIDE. Os dois colegas impediram Redmont de entrar no edifício, instando-o a ir almoçar com eles. Estupefacto e sem desconfiar de nada, o americano lá acedeu e só então foi informado da espera que lhe fora montada pela polícia política.

Sem saber bem o que fazer, foi falar com o adido de imprensa da embaixada dos EUA em Lisboa, Steve Baldanza. Nessa noite dormiu mesmo na residência do embaixador, George

W. Anderson, na Rua de São Domingos à Lapa. No dia seguinte, o embaixador falou com o ministro Franco Nogueira, após o que Redmont se dirigiu à sede da polícia, na Rua António Maria Cardoso, acompanhado do cônsul americano em Lisboa, que ficou no exterior, à sua espera. Na PIDE, foi interrogado durante várias horas pelo inspetor Abílio Pires, que também havia participado nos interrogatórios a Rui d’Espiney e que, em 1968, seria o responsável da polícia que acompanhou Mário Soares quando este foi deportado para a então colónia africana de São Tomé e Príncipe. No final do interrogatório participou o próprio diretor-geral da PIDE. Segundo Redmont, «o major Silva Pais frisou que Portugal era um país acolhedor e não percebia porque é que os jornalistas estrangeiros escolhiam este tipo de notícias para darem». O que a PIDE desejava saber era como é que Redmont havia tomado conhecimento dos factos relatados.

O correspondente da AP comprometeu-se a publicar um desmentido da notícia caso as autoridades portuguesas o pedissem e demonstrassem que não era verdadeira - o que não aconteceu.

Na sequência deste episódio, o chefe do escritório da AP em Madrid, Harold Milks, pressionou a direção da agência no sentido de transferir Redmont de Lisboa. Em resposta, este escreveu para a sede de Nova Iorque, sublinhando que, caso fosse transferido, seria «um perigoso precedente», porquanto o regime português «perceberia que podia pressionar com sucesso a agência cada vez que houvesse um problema com as notícias divulgadas». Redmont manteve-se no escritório de Lisboa até 1967, quando foi enviado para Roma, cuja delegação viria a chefiar.

Só muitos anos depois é que Dennis Redmont soube que d’Espiney «não tinha partido a coluna, mas que, quanto ao mais, a sua informação era 90% correta». As suas fontes tinham sido uma pessoa que trabalhava no hospital e um familiar. Como recordou, em junho de 1983, numa extensa carta ao embaixador George Anderson, já reformado, as autoridades portuguesas «não contestaram a veracidade do artigo - tudo o que queriam saber era como é que eu tinha obtido aquela informação».

Página 283

A única coisa que eu lhes podia dizer é que tinha sido alguém no hospital, mas que se me pudessem demonstrar que a minha informação era incorreta, eu não deixaria de fazer uma correção».

Uma vez reformado, em 2015 Redmont veio a Portugal fazer uma investigação junto dos arquivos sobre a sua estada enquanto correspondente da AP. No Arquivo PIDE/DGS, no entanto, não encontrou o auto de declarações decorrente do seu interrogatório. Tal como

não encontrou nada sobre a sua viagem a Espanha com Mário Soares, destinada a identificar o cadáver de Delgado.

Outro artigo que incomodara vivamente as autoridades portuguesas fora um trabalho a que dera o título de «Maus ventos em Portugal». Datado de setembro de 1965, referia-se à «guerra silenciosa» que Portugal mantinha em África e que já lhe custara mais de um milhar de vidas, mais do que os mortos que os EUA haviam registado por essa altura na Guerra do Vietname. Não admira que também o ministro da Defesa, o general Venâncio Deslandes, tenha tentado afastá-lo de Portugal. Aliás, por várias vezes foi «advertido» pelo Secretariado Nacional de Informação de que as suas «notícias careciam de objetividade».

Em novembro de 2015, Dennis Redmont quis conhecer pessoalmente Rui d'Espiney e visitou-o na sua casa, em Setúbal. Tinham a mesma idade e conversaram longamente como se fossem velhos conhecidos, com d'Espiney na cama e já muito enfraquecido, a necessitar de respiração assistida - mas nem por isso deixou de fumar durante todo o encontro, que foi «uma espécie de epílogo desta história». Como Redmont disse ao autor, «talvez eu lhe tenha salvado a vida com a minha notícia, e talvez ele tenha igualmente salvado a minha carreira».

No mesmo mês, o repórter americano evocou esse seu encontro com Rui d'Espiney num artigo publicado no prestigiado site Politico. «A partir do momento em que o meu nome apareceu na imprensa estrangeira, eles [a PIDE] não ousaram liquidar-me», contou-lhe d'Espiney. «Apercebi-me de imediato porque começaram a preocupar-se com o meu aspeto físico e passaram a usar pomadas para tentar apagar cicatrizes e hematomas... Percebi que o momento em que tinham tentado matar-me já passara.» Graças à notícia de Dennis Redmont na AP, reproduzido no Le Monde e noutros media internacionais, «d'Espiney transformou-se numa celebridade clandestina, e não apenas pelo fato de estilo maoista, confeccionado pela família e que usou em tribunal».